**Universidade de São Paulo**

**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**

**Departamento de Ciência Política**

FLS 5028 – Métodos Quantitativos e Técnicas de Pesquisa em Ciência Política

FLP 0406 – Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciência Política

1º Semestre de 2021

Prof. Dr. Glauco Peres da Silva

Laboratório 2 - Conceituação e Mensuração

Considere os excertos abaixo. Com base nele, responda às questões que estão a seguir:

1º trecho

Lake e Baum (2001) apresentam importante modelo a respeito dos efeitos da democracia sobre resultados de políticas públicas. Seu modelo parte do pressuposto que a arrecadação que um Estado obtém depende dos serviços públicos produzidos para os cidadãos. Se um Estado oferecer, digamos, uma quantidade de bens e serviços públicos menor do que os cidadãos desejam, estes suportarão maiores impostos, aumentarão o preço nominal dos impostos oferecendo subornos e favores para os políticos capazes de garantir os serviços em escassez, dentre outras formas de receber favor dos detentores do recurso em falta. O que define a estrutura deste mercado e consequentemente o custo de determinada quantidade de serviços públicos são as instituições políticas. O Estado tenderá a cobrar um preço mais elevado (ou seja, maiores benefícios para os políticos que ocupam o Estado) quanto mais difícil for para que ele saia do poder. Quanto maior o custo de um cidadão efetivamente remover o atual líder do poder (custo de participação), maior a margem para que o Estado exerça sua capacidade de elevar o preço de um serviço prestado. Os autores argumentam que, apesar de ser difícil de ser testada, sua teoria tem ao menos duas implicações que permitem testes empíricos. A que nos interessa aqui afirma que, em uma democracia, o custo de participação é baixo, já que o voto é a principal forma de participação política e este tem a capacidade de alterar decisivamente a liderança política. Já em regimes autoritários, as eleições não são efetivas e, inclusive, apoiar um desafiante é por vezes arriscado de algum tipo de coerção. Em regimes em que o custo de participar é alto, o Estado tem maiores incentivos a oferecer uma menor quantidade de serviços públicos, agindo para manter elevado o “preço” deste serviço. Em suma, estados que extraem recursos extras produzem menos de qualquer serviço público do que aqueles que não extraem.

LAKE, D. e BAUM, M. (2001). “The Invisible Hand of Democracy. Political Control and the Provision of Public Services”. Comparative Political Studies, 34: 587-621.

2º trecho

Este capítulo tem por objetivo estudar as relações entre os poderes Executivo e Legislativo e as consequências do padrão existente de relação entre esses dois poderes para a estruturação do Poder Legislativo. O período coberto pelo estudo tem início com a promulgação da Constituição de 1988. Analisando o marco legal criado e a produção legal, este texto procura contribuir para um melhor entendimento do sistema político brasileiro em uma de suas dimensões menos estudadas, as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo enquanto geradores de normas legais.

A Constituição de 1988, no que diz respeito ao Poder Legislativo, aprovou dois conjuntos distintos e, pode-se dizer, contraditórios de medidas. De um lado, os constituintes aprovaram uma série de medidas tendentes a fortalecer o Congresso, recuperando assim os poderes subtraídos do Legislativo ao longo do período militar. De outro lado, a Constituição de 1988 manteve muitos dos poderes legislativos com os quais o Poder Executivo foi dotado ao longo do período autoritário. Desta forma, não foram revogadas muitas das prerrogativas que permitiram ao Executivo dirigir o processo legislativo durante o regime militar.

Há, portanto, uma continuidade legal, pouco notada diga-se de passagem, entre o período autoritário e o atual. Os poderes legislativos obtidos pela presidência ao longo do regime autoritário não foram revertidos. Como seria de se esperar, esta continuidade tem efeitos sobre a produção legal do período estudado. Os dados levantados mostram que o Poder Executivo, em razão dos poderes legislativos que possui, comanda o processo legislativo e, dessa forma, mina o próprio fortalecimento do Congresso como poder autônomo. O resultado é a atrofia do próprio Legislativo e a predominância do Executivo, principal legislador de jure e de fato.

Nesses termos, a hipótese segundo a qual o Legislativo se constitui em obstáculo à ação do Executivo não encontra apoio quer se olhe para o marco legal, quer se olhe para a produção legal. As evidências apontam na direção oposta: antes que obstáculo, o Congresso se revela disposto a facilitar a tramitação das matérias presidenciais e, sobretudo, a remover possíveis obstáculos a ação presidencial.

FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. (1995). “Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional”, *RBCS*, 29, p. 175-200.

3º trecho

Para a grande maioria dos autores que analisam o sistema político brasileiro nossos partidos são fracos. Bolivar Lamounier, em seu trabalho com Rachel Meneguello, salientou que “a complexidade da sociedade brasileira, a razoável modernidade do aparelho de Estado, para não falar do dinamismo da economia, tudo isso forma um contraste intolerável com o evidente subdesenvolvimento das instituições de intermediação política” (1986:9). Para Rodrigues (2002) “excetuando-se os partidos de esquerda, os demais não passariam de legendas despidas de qualquer estrutura organizatória”. Morgenstern e Vasquez-Delía (2007:148) observam recentemente que, com a exceção do PT, os parti-dos tendem a se organizar “as weak and decentralized organizations”.Para autores como Samuels (1997), Ames (2001) e Mainwaring (1991 e 1999) essa fraqueza seria caracterizada pela falta de controle dos partidos sobre seus membros. Essa falta de controle seria a consequência lógica da aplicação do modelo de escolha racional à realidade brasileira. As regras eleitorais vigentes no país, notadamente a representação proporcional de lista aberta, criariam incentivos a um comportamento individualista por parte dos políticos. Como as lideranças partidárias não teriam controle sobre a formação da lista elas não teriam controle sobre o comportamento de seus membros.

(...)

No entanto, poucos autores olharam para o interior da organização partidária para ver até que ponto as lideranças de fato controlam ou não esse comportamento, até que ponto os partidos estariam despidos de qualquer estrutura organizatória ou até que ponto suas organizações seriam descentralizadas. Hoje, diante da falta de embasamento empírico dos estudos citados, devemos voltar nossas atenções para a organização partidária procurando identificar quais os formatos que os partidos brasileiros adotaram. Panebianco (2005) sugere uma tipologia da “ordem organizativa” dos partidos na qual a principal característica definidora é o grau de centralização/descentralização do poder no interior da organização.

Conforme a tipologia de Panebianco, quanto maior o controle que a coalizão dominante (os dirigentes) tem sobre os recursos partidários e quanto maior seu poder frente aos outros grupos, mais estável é esta coalizão. Teríamos assim, de um lado, partidos oligárquicos ou monocráticos com coalizões dominantes fortes e estáveis e, de outro, partidos poliárquicos divididos e instáveis. O que importa para caracterizar a fisionomia de um partido é o grau de centralização/descentralização do poder da coalizão dominante.

GUARNIERI, F. (2011). “A Força dos Partidos ‘Fracos’”, *Dados*, 54, 1, pp. 235-258.

1. Ao pensarmos em uma pesquisa que testa cada uma destas teorias apresentadas acima, devemos relacionar quais dois conceitos? Apresente qual a variável dependente (explicativa) e qual a independente (resposta) para cada caso.
2. Qual o tipo de variável seria construída para cada conceito?

Baseado na discussão da semana anterior, foi possível desmembrar as relações causais indicadas na leitura obrigatória nos seguintes esquemas, no qual as setas indicam uma relação de causa entre as variáveis explicativas (X), variáveis confundidoras ou *counfounders* (Z) e da variável resposta (Y):

1. $X\_{1 }Y Z$

$$ X\_{2}$$

1. $X\_{1 }Y $

$$ $$

$$ Z$$

1. $X\_{1 }Y $
2. Em qual dos esquemas acima, um estudo observacional não obteria um resultado problemático em termos de uma afirmação causal, caso a variável *Z* não fosse considerada? Por que?
3. Quando não lidamos com experimentos, dizemos que lidamos com dados observacionais. Quais são as principais preocupações de uma pesquisadora nesta situação, notadamente em termos da construção das variáveis?